

A INCORPORAÇÃO DO DISCURSO ALHEIO: A ANÁLISE DE UMA REPORTAGEM

Luana Santos Lemos*

Resumo: O presente artigo, retomando a questão do sujeito heterogêneo, tem por objetivo principal discutir a subjetividade do locutor na incorporação do discurso *alheio*. Fundamentaremos nosso trabalho nos princípios *dialógicos da linguagem* de Bakhtin (1929, 1970 e 1979) e teremos como principal embasamento teórico-metodológico a Teoria Semiolinguística, desenvolvida por Patrick Charaudeau (1995, 1996, 1999, 2001, 2006 e 2008), auxiliada por categorias analíticas de Authier-Revuz (1990, 1998 e 2004) e conceitos teóricos propostos por Maingueneau (1997[1987], 2004, 2008[1995]). O *corpus* será composto de uma reportagem da revista ISTOÉ, publicada em 24 de junho de 2009 e centrada na discussão da *Crise instaurada no Senado brasileiro em 2009*. Aliando teoria e prática, buscaremos compreender como as estratégias no uso do discurso *alheio* se apresentam no gênero *reportagem*, descrevendo as diferentes formas como a voz do *outro* é incorporada à do jornalista para construir um ato de comunicação, a partir de estratégias de seleção, identificação e manipulação desse discurso *outro*. Nesse percurso investigativo, assumimos que a subjetividade existe e que o *eu* circunscreve a voz do *outro*, imprimindo-lhe um tom próprio, um sentido, por vezes, distante do discurso incorporado.

Palavras-chave: Subjetividade. Heterogeneidade. Discurso relatado. Semiolinguística.

Abstract: This research takes up the issue of the heterogeneous subject, it has as main objective to discuss the subjectivity of the speaker in the incorporation of a third person. We base our work on Bakhtin's principles of the *dialogic language* (1929, 1970 and 1979) and we have our theoretical and methodological semiolinguistic theory, developed by Patrick Charaudeau (1995, 1996, 1999, 2001, 2006 and 2008), supported by Authier-Revuz (1990, 1998 and 2004) analytical categories and theoretical concepts proposed by Maingueneau (1997[1987], 2004, 2008[1995]). The *corpus* will consist of one report the is ISTOÉ, published on June 24, 2009 and focused on discussing the *Crisis brought to the Brazilian Senate in 2009*. Combining theory and practice, trying to understand how the strategies in the use of a third person occur in the gender report, describing the different ways, the voice of others is embodied in the journalist to build an act of communication from the selection of strategies, identification and manipulation of another speech. In this investigative journey, we assume that subjectivity exists and that one limited the voice of the others, giving it their own tone, a sense, sometimes far from the embedded speech.

Keywords: Subjectivity. Heterogeneity. Reported speech. Semiolinguistics.

* Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos, Centro de Ciências Humanas e Naturais da UFES (Universidade Federal do Espírito Santo), Vitória-ES, Brasil, luagora@yahoo.com.br. Orientação: Prof.^a Dr.^a Hilda de Oliveira Olímpio.

Neste artigo, faremos um percurso, sem pretensão de exaustividade, dos estudos sobre a incorporação do discurso alheio, evidenciando como a teoria bakhtiniana abriu caminho para uma nova compreensão do processo de representação do discurso do outro.

Graças às traduções da obra de Bakhtin (1995 [1929]), muitos estudos sobre o discurso reportado na perspectiva enunciativa e dialógica privilegiaram a interação entre os discursos, e não mais as formas de citação. Nessa perspectiva, não se trata mais de considerar o texto como objeto homogêneo produzido por um sujeito também homogêneo, mas um objeto heterogêneo, produto de um sujeito também heterogêneo.

Todo discurso manifesta a incorporação do discurso alheio. Como afirma Bakhtin (1995 [1929]), a linguagem é por natureza dialógica, já que nela se cruzam as palavras dos outros. Todo pensamento que se materializa no discurso é resultante de outras falas, outros posicionamentos, não há discurso que seja genuinamente inovador, ele é heterogêneo por natureza. Em outras palavras, um discurso é heterogêneo porque sempre comporta constitutivamente em seu interior outros discursos.

Bakhtin (1995), ao tratar das formas do discurso reportado, como o caso do discurso direto e discurso indireto, não considera essas formas como uma mera transposição de um discurso sobre outro discurso, como é feito tradicionalmente. Pelo contrário, ele critica essas concepções por não considerarem as alterações estilísticas nem o contexto narrativo.

“[...] Essas formas são apenas esquemas padronizados para citar o discurso. Mas esses esquemas e suas variantes só podem ter surgido e tomado forma de acordo com as tendências dominantes da apreensão do discurso de outrem; além disso, na medida em que esses esquemas assumiram uma forma e uma função na língua, eles exercem uma influência reguladora, estimulante ou inibidora, sobre o desenvolvimento das tendências da apreensão apreciativa, cujo campo de ação é justamente definido por essas formas” (BAKHTIN, 1995 [1929], p. 147).

Flores (2009, p. 85) mostra que, para a teoria bakhtiniana, o discurso reportado é um problema específico de sintaxe que é tratado impropriamente pelos linguistas. O autor propõe que esse mecanismo seja visto a partir de uma perspectiva enunciativa, isto é, levando-se em conta as condições reais de fala. Chama a atenção para o fato de que aquele que apreende a enunciação de outrem não é um ser mudo, mas um ser cheio de palavras interiores. Essas palavras interiores constituem um substrato a partir do qual se dá a interação do discurso citante com o discurso apreendido do exterior. É no quadro do discurso interior que ocorre a apreensão da enunciação de outrem, sua compreensão e sua apreciação.

O teórico critica a supervalorização da *forma* em detrimento de uma *concepção ativa* de transmissão/recepção do discurso alheio. Nessa linha, Brandão (2000, p. 161) lembra que uma mesma forma pode produzir efeitos de sentidos diversos e é isso que se deve levar em conta quando incorporamos discursos alheios à nossa fala.

Segundo Bakhtin (1995 [1929]), o discurso alheio é visto pelo falante como a enunciação de uma outra pessoa, que possui uma construção independente e está situada fora do contexto narrativo. Em função dessa existência autônoma é que o discurso do outro passa para o contexto narrativo conservando o seu conteúdo e, ao menos, parte de sua integridade linguística e autonomia estrutural primitiva (BAKHTIN, 1995 [1929], p. 144-145). O autor considera que, ao incorporar o discurso alheio, esse discurso sofre modificações e, conseqüentemente, não é mais o mesmo. No entanto, mesmo sofrendo alterações, o discurso do outro pode ser reconhecido. Assim, *o discurso de outrem não se dilui nem se efetua completamente* (BAKHTIN, 1995 [1929], p. 145).

Dessa forma, Bakhtin afirma que todo discurso é constituído de várias vozes, que o dialogismo é a condição de existência do discurso. Na linha de Bakhtin, Authier-Revuz (1990) coloca o dialogismo como condição de existência de todo discurso. A autora distingue duas ordens de heterogeneidade (como já foi exposto anteriormente): a heterogeneidade mostrada no discurso - que indica a presença do outro no discurso do locutor; e a heterogeneidade constitutiva do discurso - que dificulta a possibilidade de captar linguisticamente a presença do outro no um.

A autora explica que é da natureza do discurso ser heterogêneo, por isso a heterogeneidade é constitutiva, faz parte da constituição do discurso. Trata-se da polifonia formada pelas vozes da história e da cultura (e também, do inconsciente), que se fazem presentes em todo universo discursivo e em relação à qual o autor não tem controle racional e, às vezes, nem sequer consciência.

Já a heterogeneidade mostrada revela-se de forma explícita na materialidade textual. Diferentemente da heterogeneidade constitutiva, ela é a indicação na superfície do texto da presença de outros discursos, de outras vozes que não a do locutor. A heterogeneidade mostrada, ainda segundo Authier-Revuz (1990), inscreve o outro na sequência do discurso e divide-se em duas modalidades: a marcada, da ordem da enunciação e visível na materialidade linguística e a não-marcada, da ordem do discurso e não provida de visibilidade.

A heterogeneidade mostrada marca o discurso com certas formas que criam o mecanismo de distância entre o sujeito e aquilo que ele diz. Pode acontecer através de formas

marcadas como o discurso direto, o discurso indireto, as aspas, o itálico e o metadiscurso do locutor (conjunto de expressões, glosas, retoques, comentários). Quando não é marcada, pode-se citar o caso do discurso indireto livre, da ironia, da metáfora, dos jogos de linguagem, da imitação.

Pela heterogeneidade mostrada, pode-se perceber como os discursos constituem suas identidades, como delimitam seus limites e fronteiras (AUTHIER-REVUZ, 1990). Por outras palavras, ela nos revela a que vozes os discursos necessitam recorrer para se constituir, ao mesmo tempo em que estabelecem uma relação entre essas vozes.

Neste contexto, Sírio Possenti (1995) vai questionar que o destaque dado ao papel do *outro* leva muitas teorias a negligenciar a importância do *eu*, a subjetividade. Segundo o autor,

“A própria ideia de heterogeneidade se constitui pela afirmação do outro num lugar que antes não lhe era previsto. Ora, é má lógica pensar que, então, torna-se obrigatório deixar ao outro todo o lugar e todos os papéis. Voltaríamos à simplificação de antes apenas invertida” (POSSENTI, 1995, p. 53).

Por isso, acreditamos que, junto a essa questão proposta pelo autor, faz-se necessário, associar à noção de "heterogeneidade constitutiva de todo discurso" (AUTHIER, 1990) a concepção de um sujeito ativo, que inscreve sua subjetividade no discurso sob a rubrica de um trabalho efetuado sobre a linguagem e sobre as línguas em particular, do qual resultam marcas do que Possenti (1995) chamou de "subjetividade mostrada". Em outras palavras, diante da noção de *heterogeneidade mostrada*¹, o autor propõe uma inversão – a ação do sujeito, detectada no discurso do *outro*, não pode ser disfarçada; tal trabalho manifestaria, na verdade, uma *subjetividade mostrada*². Frise-se que essa inversão, longe de ser uma simples mudança de nomenclatura, constitui uma quebra de paradigma na questão da constituição do sujeito.

Bem antes do questionamento de Possenti (1995), Othon Moacyr Garcia, um dos precursores dos estudos do discurso no Brasil³, em seu livro “*Comunicação em prosa moderna*” (2006 [1967]), já estava atento para o trabalho do sujeito na incorporação da voz alheia. Segundo o autor, os verbos *dicendi*, como afirmar, indagar, retrucar, negar, gritar,

¹ Cf. Authier-Revuz 1990.

² “a estratégia do eu é apresentar-se como se fosse um outro, mas, sutilmente, imiscuir-se no discurso conhecido, no discurso do outro, alterando-o e deixando a marca de sua presença” (POSSENTI, 1995, p. 51).

³ No XII Congresso Nacional de Linguística e Filologia, realizado no Rio de Janeiro entre os dias 25 e 29 de agosto de 2008, cujo homenageado foi Othon Moacyr Garcia, Vera Lúcia Paredes Silva, na apresentação de uma Conferência, destacou Garcia (1967) como um precursor dos estudos de discurso no Brasil, pelo fato de que antes mesmo de os estudos de língua portuguesa passarem a intitular-se estudos de Comunicação e Expressão, já o autor valorizava a língua como meio de comunicação.

solicitar, aconselhar e mandar têm como principal função indicar o interlocutor que está com a palavra.

Garcia (2006 [1967]), então, propõe uma classificação dupla para esses verbos: os verbos *declarandi* ou *dicendi* (de declaração), como verbos de *elocução*, que se referem à maneira pela qual alguém se expressa; e os verbos *sentienti* ou de sentir (assim chamados, por analogia aos *dicendi*) que constituem uma espécie de vicários ou variações dos verbos de elocução, com a função predominante de expressar a carga de afetividade presente na língua falada, caracterizando o estado de espírito, a reação psicológica, as emoções, as atitudes, os gestos, etc.

Mais recentemente, Marcurshi (1991) também chamou a atenção para a ação desses verbos que introduzem opiniões, em um artigo intitulado “*A ação dos verbos de opinião*” (1991, p. 74). Esse foi um dos primeiros textos que tivemos oportunidade de ler nessa perspectiva, sendo um dos inspiradores para a investigação que nos propomos fazer nesta pesquisa. A ideia central do artigo compreende que

“[...] os jornalistas, quando reproduzem opiniões de políticos na imprensa, estão submetidos a um sistema de formulação que não é neutro. (...) A idéia central é que os verbos agem seletivamente sobre os conteúdos dando-lhes uma intencionalidade interpretativa com características ideológicas. Com isto mostra-se que a atividade jornalística não é apenas expositiva, mas analítica e interpretativa” (MARCUSCHI, 1991, p. 74).

Segundo o autor, procede-se, em geral, a uma nova seleção de termos e a outra construção sintática que as do autor no momento em que se reproduzem as opiniões de alguém. Isso cria a possibilidade de distorção ou interferência no discurso relatado, levando a algumas indagações:

(a) *será possível informar opiniões sem manipulá-las?*

(b) *qual a estratégia usada pelos jornais na informação de opiniões?*

Marcuschi (1991) afirma que toda informação é fruto de certa compreensão do fenômeno apresentado, a qual funda-se nas estruturas sócio-político-culturais de quem informa, submetendo a construção da informação ao mecanismo das condições de produção do discurso. No entanto, mais do que mostrar que a neutralidade é impossível, ele tenta analisar como a parcialidade se dá na introdução do discurso alheio, seja como interpretação,

seleção (de verbos usados) ou avaliação. “*Parto da premissa de que apresentar ou citar o pensamento de alguém implica, além de uma oferta de informação, também uma tomada de posição diante do exposto*” (MARCUSCHI, 1991, p. 75).

Podemos resumir a ideia proposta pelo autor com suas próprias palavras “*os verbos introdutórios de opiniões exercem uma ação direta sobre o sentido do discurso relatado e cumprem uma função reordenadora do texto dentro da economia jornalística e preservando o modo de sua ação*” (MARCUSCHI, 1991, p. 91). Dessa forma, Marcuschi encerra seu estudo dizendo que

“é muito difícil informar sem manipular, por melhores que sejam as intenções. Portanto, as estratégias jornalísticas para relatar opiniões não são uma mera questão de estilo, pois as palavras são instrumentos de ação e não apenas comunicação” (MARCUSCHI, 1991, p. 92).

Uma proposta teórica que vai respaldar esse questionamento está na gênese proposta por Maingueneau (2008 [1995]). Como já dissemos anteriormente, para o teórico, o interdiscurso precede o discurso, e esse caráter do interdiscurso faz com que a interação semântica entre os discursos seja um processo de interincompreensão regrada. Cada discurso introduz o Outro em seu fechamento, mas introduz o Outro de forma traduzida, produz na verdade um simulacro do Outro, o seu próprio avesso (MAINGUENEAU, 2008 [1995], p. 99-100).

Desse ponto de vista, a questão não é haver dois ou mais discursos em contato, o interdiscurso precede o discurso literalmente: independentemente de haver um Outro, esse Outro será sempre desenhado a partir do Um, e na forma de simulacro.

Os enunciadores de um discurso dado adquirem o domínio tácito de regras que permitem produzir e interpretar enunciados que relevam de sua própria formação discursiva e permitem identificar como incompatíveis com ela os enunciados das formações discursivas antagonistas. Trata-se da aptidão dos enunciadores de reconhecer a incompatibilidade semântica de enunciados ou da(s) formação(ões) discursiva(s) que constitui(em) seu outro (MAINGUENEAU, 2008 [1995], p. 99-100). E mais do que isso, trata-se da aptidão de interpretar, traduzir esses enunciados nas categorias de seu próprio sistema de restrições. Esta polêmica, ao invés de prejudicar a estabilidade do discurso, como se poderia acreditar, é necessária para sua sobrevivência. É importante, porque faz parte da própria constituição do discurso.

Maingueneau também nos mostra que as eternas polêmicas em que as formações discursivas estão envolvidas não surgem de forma contingente do exterior, mas são a atualização de um processo de delimitação recíproca localizado na própria raiz dos discursos considerados (MAINGUENEAU, 1997 [1987], p. 120). A polêmica também é necessária, pois é nessa relação com o Outro que o discurso cria possibilidade para mostrar a crença em sua superioridade.

Segundo o autor, “o discurso não escapa à polêmica tanto quanto não escapa à interdiscursividade para constituir-se” (MAINGUENEAU, 2008a [1995], p. 117). Sendo a polêmica intrínseca ao discurso, o conflito não se dá de qualquer maneira, uma vez que a “incompreensão” se transforma em “interincompreensão” porque obedece a regras e estas regras são as mesmas que definem a identidade das formações discursivas consideradas (MAINGUENEAU, 1997 [1987], p. 120).

Trata-se de ver o outro a partir de suas próprias lentes, de colocar na boca do adversário palavras que decorrem do registro negativo de seu próprio discurso. O enunciador do discurso imagina que, recusando o outro, como se este decorresse de seu registro negativo, ele está reafirmando a validade de seu registro positivo. Ou seja, o enunciador de um discurso que ocupa uma das posições nunca compreende o que se diz a partir de outra posição, mas apenas o que ele diria se ocupasse a posição do outro, tendo a ideologia que tem.

Nesse sentido, Gavazzi e Rodrigues (2003, p. 57-59), inspirados em Maingueneau (1997), sugerem que os verbos *dicendi* podem ser classificados como descritivos e avaliativos. No primeiro caso, devem-se incluir os verbos “*que situam o discurso relatado na cronologia discursiva*” (2003, p. 57), como, *continuar, acrescentar, concluir* etc., e aqueles “*que indicam o tipo de discurso do interlocutor ou modo de realização fônica do enunciado*” (2003, p. 57), como *perguntar, responder, descrever, murmurar* etc. Quanto aos verbos avaliativos, as autoras postulam que estão mais ligados à credibilidade e à legitimidade do jornalista – é ele quem traduz as intenções do seu interlocutor, segundo o seu próprio ponto de vista ou de um grupo que ele representa. Analisando os verbos sob a perspectiva da avaliação, estaríamos, portanto, no âmbito da ação de tais verbos, que revelariam a intenção do enunciador do discurso citante nas seguintes categorias (GAVAZZI; RODRIGUES, 2003, p. 57-59):

a) *Efeito de imparcialidade*: aqui se enquadram verbos como *dizer, falar, declarar, opinar* etc., considerados “neutros” em relação a outros modalizadores.

b) *Valorização negativa*: verbos como *jurar, imaginar, garantir, acreditar, sonhar, tentar justificar, choramingar, desconversar* etc., ao serem empregados, desvalorizam a fala do outro, não lhe conferindo credibilidade.

c) *Valorização positiva*: nesse caso, enaltece-se a figura do outro, colocando em posição de superioridade, na qual ele pode *aconselhar, explicar, pontificar, analisar, diagnosticar, ensinar, ponderar, teorizar* etc.

d) *Polemização*: os verbos desta categoria revelam o conflito existente entre pessoas e grupos, contribuindo para acirrar ainda mais a discussão. São eles: *ironizar, devolver* (no sentido de revidar uma ofensa/acusação), *atacar, disparar, alfinetar, culpar, gozar, cutucar, discordar*, entre outros.

e) *Solidariedade*: utilizados quando o outro encontra-se, segundo o jornalista, em posição de injustiça social, solidarizando-se com sua causa: *desabafar, queixar-se, indignar-se, lamentar, pedir, lembrar*. (GAVAZZI; RODRIGUES, 2003, p. 57-59).

Desse modo, acreditamos, seguindo as autoras citadas, que o uso dos verbos *dicendi*, ao agirem sobre a organização do discurso relatado, acabam por agir também sobre a sua interpretação, configurando-se em poderoso instrumento de manipulação de ideias.

Charaudeau (2006a, 2008) também vai discutir a heterogeneidade constitutiva do discurso. Baseado no pensamento bakhtiniano, o autor faz a seguinte afirmação:

“Todo fato de linguagem poderia ser considerado um discurso relatado se este último fosse definido de maneira ampla: ao vir ao mundo, cada ser humano é imediatamente mergulhado num oceano de palavras; não de palavras circulando como anjinhos anunciando seu advento, mas palavras corporificadas em seres humanos, seres humanos que durante toda vida constituirão esse outro eu com quem e contra quem cada um deverá travar combates para construir sua identidade. Retomado, repetindo, imitando, o que os outros disseram, apropriando, reconstruindo, modificando, ou mesmo inovando o dito através de seu próprio ato de enunciação é que se constrói a identidade do ser falante, o que faz com que falar seja, ao mesmo tempo, dar testemunho de si e do outro, do outro e de si” (CHARAUDEAU, 2006a, p. 161).

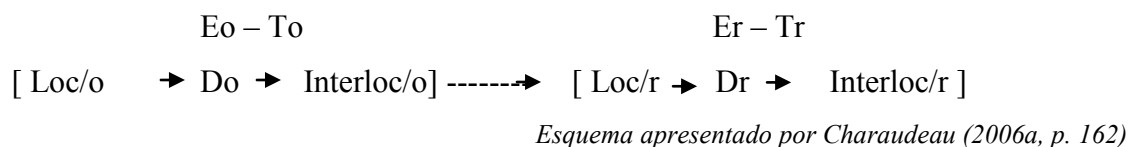
Fica evidente, no excerto transcrito, que Charaudeau reconhece no discurso uma heterogeneidade constitutiva. Ao se apropriar do conceito de dialogismo de Bakhtin, Charaudeau (2008, p.161) afirma que “*a palavra do outro está sempre presente em todo ato de enunciação de um sujeito falante, instituindo um ‘dialogismo’ permanente entre o outro e o sujeito que fala*”. Dessa forma, o autor concebe que todo discurso é heterogêneo por definição, uma vez que é instituído no contexto sócio-cultural.

O discurso relatado é uma modalidade complexa que depende da posição dos interlocutores, das maneiras de relatar um discurso já enunciado, e da descrição dos modos de enunciação de origem (CHARAUDEAU, 2008, p. 102). Charaudeau (2006a, p. 162), priorizando o nível formal, diz que o discurso relatado caracteriza-se pelo encaixe de um dito num outro dito, pela manifestação da heterogeneidade do discurso. Essa heterogeneidade está

marcada por índices que indicam que uma parte, pelo menos, do que é dito, deve ser atribuída a um locutor diferente daquele que fala. Mas adverte:

“Por vezes essas marcas são discretas e surge então o problema da fronteira entre “discurso relatado” e “interdiscursividade”, fenômeno geral da inserção de fragmentos de discursos uns nos outros, não necessariamente explicitada. É que pode ser estrategicamente útil jogar com a possibilidade de não fornecer índices do dito relatado, ou de sugeri-los, ou de deixá-los à apreciação do interlocutor. Com isso, o locutor-relator apaga o locutor de origem, como se o que ele enuncia só pertencesse [a] ele. É nesse jogo de marcação-demarcação, por um lado, não-marcação-integração, de outro, que se situa o discurso das mídias de informação” (CHARAUDEAU, 2006a, p. 162).

O certo é que no discurso reportado, o enunciador toma por objeto um outro ato de enunciação. Nessa direção, Charaudeau esquematiza o discurso relatado como um ato de enunciação pelo qual um locutor (Loc/r) relata (Dr) o que foi dito (Do) por um outro locutor (Loc/o), dirigindo-se a um interlocutor (Interloc/r) que, em princípio, não é o interlocutor de origem (Interloc/o). A isso é preciso acrescentar que o dito, o locutor e o interlocutor de origem (Do, Loc/o, e Interloc/o) encontram-se num espaço-tempo (Eo – To) diferente daquele (Er – Tr) do dito relatado (Dr), do locutor- relator (loc/r) e do interlocutor final (Interloc/r). Esse mecanismo, Charaudeau representa da seguinte maneira:



No entanto, o locutor-relator (Loc/r) não pode coincidir necessariamente com o interlocutor de origem (Interloc/o). Um ou vários intermediários podem intervir entre os dois, o que pode ocasionar um certo número de problemas em relação ao *grau de fidelidade*, ao *modo de reprodução* e ao *tipo de "distância" do locutor*. Por exemplo, em “*Ele me havia dito que...*”, o locutor-relator coincide com o interlocutor de origem, porém o mesmo não ocorre em “*Ele lhe havia dito que...*”. A fidelidade pode estar presente no *discurso reportado*, em graus diferentes, de acordo com uma intenção clara, ou não, da parte do relator.

O *discurso de origem* pode ser narrado de diferentes modos pelo (Loc/r). Ele pode ser: a) *citado*, b) *integrado*, c) *narrativizado* ou d) *evocado* (CHARAUDEAU, 2008, p. 104-105).

- a) *Citado* – caso que corresponde ao que a gramática tradicional chama de *estilo direto*, o (Do) é *citado* (mais ou menos integralmente) numa construção que o reproduz tal como foi enunciado, de maneira autônoma em relação ao *dizer enunciativo* que ele retoma.
- b) *Integrado* – correspondente ao *estilo indireto* da gramática tradicional, o (Do) é retomado numa construção que o *integra parcialmente* ao dizer daquele que relata, o que provoca a transformação do enunciado: o discurso é relatado em terceira pessoa, e então os *pronomes* assim como o *tempo verbal* dependem, não do momento de enunciação de origem, mas do momento de enunciação do locutor que relata.
- c) *Narrativizado* – o (Do) é relatado de tal forma que se integra totalmente, ou mesmo desaparece, no dizer daquele que relata. O locutor de origem *torna-se agente de um ato de dizer*.
- d) *Evocado* – o (Do) aparece apenas como um dado evocador do que o locutor de origem disse, ou tem o hábito de dizer. Essa “maneira de relatar”, configurada frequentemente por uma palavra ou grupo de palavras *entre aspas, travessões, ou parênteses*, corresponde a um “*Como você diz*”, “*Como ele diz*”, “*Como se diz*” ou “*Como eu gosto de dizer*”. Correspondem ainda a esse caso citações de máximas e de provérbios equivalentes a “*Como se diz*”, fazendo alusão ao saber popular, à *vox populi* (CHARAUDEAU, 2008, p. 104-105).

A classificação proposta por Charaudeau (2006) não só amplia o que a tradição gramatical considera como *discurso reportado* (discurso direto, discurso indireto e discurso indireto livre), como também, mostra que o *discurso reportado* é mais do que forma, ou seja, é língua em uso.

Segundo Charaudeau (2006), o discurso relatado representa um dos maiores problemas enfrentados pelo discurso da mídia, especialmente o da imprensa escrita. Esse discurso navega constantemente entre uma “citação” fiel (apresentada entre aspas), mas que pode raramente ser dada em totalidade (por extenso), e uma “interpretação” de fatos e gestos, assim como “não-ditos”.

O autor explica que é na operação de construção do dito com a finalidade de reintegrá-lo a um novo ato de enunciação que o discurso relatado sofre uma transformação enunciativa do já dito e, ao mesmo tempo, aponta para uma apropriação ou rejeição deste último pelo locutor-relator. Acresce que é na operação de desconstrução que o discurso relatado mostra se tratar realmente de um dito tirado de outro ato de enunciação, distinguindo o dito relatado do dito de origem e operando uma reificação deste último, que serve para provar a autenticidade do discurso do relator.

Como bem lembra Pauliukonis & Monnerat (2008, p. 58),

“Tanto as palavras quanto as ideias que vêm de outrem, como condição discursiva, tecem o discurso individual de forma que as vozes – elaboradas, citadas, assimiladas ou simplesmente nascidas – interpenetram-se de maneira a se fazerem ouvir. Convém lembrar ainda que todo ato de tomar a palavra implica, para o locutor, a construção de uma imagem de si próprio. E é inegável que a “maneira de dizer”

induz a uma imagem que pode facilitar ou condicionar a boa realização de um projeto. Em outras palavras, por meio da enunciação, revela-se a personalidade do enunciador” (PAULIUKONIS; MONNERAT, 2008, p. 58).

Desta maneira, o discurso relatado funciona estrategicamente como um discurso de prova em relação ao outro e a si mesmo. Com relação ao outro, apoiando-se na operação de empréstimo, o discurso relatado visa a produzir provas de autenticidade do dito de origem, de responsabilidade daquele que disse, de verdade do que foi dito; com relação a si, apoiando-se na operação de demarcação, o discurso relatado visa a produzir a prova de certo posicionamento do locutor, a saber: de autoridade, na medida em que relatar é mostrar que sabe; de poder, já que citar é revelar ao outro o que foi dito e que ele ignora; de engajamento, pois relatar revela, por uma determinada escolha de palavras, a adesão do locutor-relator aos propósitos do locutor de origem.

É importante perceber que no uso do *discurso reportado* um modo de enunciação de origem pode ser retomado de diferentes formas pelo locutor relator, caracterizando a atitude comunicativa do locutor de origem. É importante frisar, ainda, que nem sempre o *discurso reportado* aparece com a pontuação canônica.

Feita essa exposição teórica, que se espera tenha sido esclarecedora, partiremos para a análise do *corpus*, na qual serão observadas as marcas da presença do sujeito e as estratégias discursivas utilizadas.

Análise da reportagem “Onde estão os éticos?” da revista ISTOÉ:

A reportagem que compõe o nosso *corpus* é “*Onde estão os éticos?*”⁴, escrita por Sérgio Pardellas, e também publicada no dia 24 de junho de 2009, na revista ISTOÉ⁵. Essa revista, pertence a Editora Três, veicula informações de conteúdos gerais e é considerada uma das quatro principais revistas semanais a circularem no Brasil.

A reportagem que escolhemos para analisar é a primeira reportagem da seção “*Brasil*” da revista. A imagem que acompanha a reportagem analisada faz uma *intertextualidade* com os famosos cartazes do *Velho Oeste* Americano em que a cabeça dos procurados eram expostos pela cidade. Os “*Procurados*” são os senadores Romeu Tuma, Jarbas Vasconcelos, Cristovam Buarque, Pedro Simon e Tasso Jereissati, com o seguinte enunciado:

⁴ A Reportagem está fragmentada na análise em pequenos trechos.

⁵ Informações disponíveis em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Isto_%C3%89>.

“*ATRASADOS Tuma, Jarbas, Buarque, Simon e Jereissati: cobrança de medidas contra abusos só surgiu depois de revelação de atos secretos*”. O título “*Onde estão os éticos?*” propõe, de forma irônica, um questionamento sobre a postura política desses Senadores, questionamento que é reforçado pelo *lide* da reportagem: “*Tão grave quanto os atos secretos para práticas de nepotismo e favorecimentos é o silêncio cúmplice de todo o Senado. Entenda por que nem o chamado grupo ético tomou providências*”. Podemos perceber, desse modo, que o *projeto de fala* do EUC gira em torno da temática de crise no Senado, porém, não possui o mesmo foco da revista VEJA (a defesa do presidente Lula em relação ao senador José Sarney). O foco da reportagem da ISTOÉ está na responsabilidade dos senadores diante da crise, diferentemente do foco da reportagem da VEJA, que responsabiliza Lula pelo clima de impunidade política.

Nesse sentido, nos apropriamos da classificação que Marcuschi (1991, p.78) faz sobre a *interpretação pela seleção* daquilo que é informado para mostrar que nessa seleção existe a marca da subjetividade do locutor. Sabemos que o jornalista está submetido a uma série de constrangimentos políticos, econômicos, estruturais, hierárquicos e temporais em sua rotina de trabalho, os quais afetam suas escolhas. E por esse motivo para a instituição/empresa ISTOÉ, dentre todos os acontecimentos que envolveram a crise no Senado, o mais importante era polemizar as atitudes dos senadores, não enfatizando as declarações do presidente Lula em relação a Sarney, as quais foram tão exploradas e questionadas pela revista VEJA.

Na composição dessa reportagem, é possível perceber que, mais uma vez, as principais estratégias de argumentação são comandadas por uma organização *enunciativa*, visto que o sujeito comunicante (EUC – o jornalista que representa a Instituição/Empresa – revista ISTOÉ) está empenhado em estabelecer o seu ponto de vista usando como estratégia de *prova* vozes alheias (as diferentes vozes que confirmam o seu *projeto de fala*) com a intenção de persuadir seu interlocutor (TUi – os leitores da revista).

Desse modo, nessa organização enunciativa, o comportamento *delocutivo* aparece de forma predominante, podendo ser associado aos efeitos de distanciamento que colaboram para a construção da argumentação buscando a credibilidade na enunciação de vozes alheias.

No primeiro parágrafo da reportagem, podemos notar que o jornalista busca relatar o acontecimento. Neste caso, constrói uma encenação narrativa: diante de uma crise no Senado brasileiro, um grupo de senadores programam um almoço para tentar reverter a situação de crise. No entanto, o jornalista, num tom de crítica, deixa entender que os políticos não

estavam interessados em resolver o problema; na verdade, os interesses se voltam para fazer parte desse grupo auto-intitulado de “éticos”. Vejamos:

“A foto já estava encomendada. O grupo de nove senadores auto-intitulados “éticos” programou um almoço para a última terça-feira 16 no gabinete de Tasso Jereissati (PSDB-CE). Posariam diante dos holofotes como os responsáveis por tentar livrar a instituição do fosso profundo em que se encontra desde o início do ano, quando eclodiu o escândalo do pagamento de horas extras aos servidores em pleno recesso e o das diretorias fantasmas destinadas a acomodar afilhados políticos e garantir mordomias” (ISTOÉ, 2009, p. 37).

O uso das aspas, neste caso, configura um distanciamento em relação a fala citada, deixando denunciar o posicionamento do jornalista de questionamento do termo “ético” para os senadores em questão. É interessante que essa ironia ecoa de forma polifônica sobre a tese defendida em todo o texto: *não existe ética no Senado*.

Observamos no texto que, por meio de conteúdos explícitos ou implícitos, o objetivo do jornalista é atribuir conotações negativas aos políticos, atacando a imagem dos senadores. De forma bem próxima ao “deboche”, o jornalista simula o que seria os bastidores desse encontro, denunciando o desejo dos 15 senadores de participarem do encontro. O jornalista traduz para o leitor que a preocupação desses políticos era muito mais em aparecer na foto oficial como pertencente ao chamado “grupo dos éticos” do que, efetivamente, buscar alternativas para a resolução da crise. Vejamos:

“Mas tão logo vazou a notícia sobre o encontro nos corredores do Senado, o celular de Jereissati não parou mais de tocar. “Vai ter reunião dos éticos? Também quero ir”, repetiram mais de 15 senadores. “Eu fui convidado”, fez questão de dizer o senador Almeida Lima (PMDB-SE) e outros que eram questionados sobre o assunto em plenário. Resultado: o almoço foi cancelado. Em vez de uma mesa farta, houve uma reunião austera, no dia seguinte, no gabinete de Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE). A pressão da maioria dos senadores descaracterizou o convívio dos “éticos”” (ISTOÉ, 2009, p. 37).

No trecho acima, observamos que o locutor produz uma encenação para mostrar no que se transformou o encontro dos senadores. Os enunciados “*Vai ter reunião dos éticos? Também quero ir*” não correspondem exatamente à real fala dos senadores, mas o locutor contrói uma cena para reproduzir a preocupação desses políticos com sua auto-imagem. Com a expressão “*fez questão de dizer*”, o locutor, num tom irônico, deixa escapar sua subjetividade avaliando o dito do senador Almeida Lima – “*Eu fui convidado*”.

Notamos que o jornalista retoma uma série de acontecimentos que desencadearam a referida crise, questionando a atuação desses políticos. Vejamos:

“Mas algumas perguntas são inevitáveis: onde estavam os éticos do Senado quando vários desmandos foram cometidos pelo ex-diretor-geral, Agaciel Maia, que ficou 14 anos no cargo com a bênção de seguidas mesas diretoras? Não sabiam que pode chegar a mil o número de atos secretos baixados nos últimos dez anos, que serviram para nomear apadrinhados de senadores e de diretores, aumentar salários, criar cargos, contratar empresas, proteger servidores envolvidos em maracutaias? (ISTOÉ, 2009, p. 37).

As perguntas “*Onde estavam (...)?*”, “*Não sabiam (...)?*” são questionamentos que reforçam a ideia de falta de ética desses senadores, dando sustentabilidade à seguinte tese proposta logo em seguida pelo jornalista,

“É difícil acreditar que um senador nunca, nesta ou em outra legislatura, soubesse de nada ou não tenha precisado de uma benesse a partir de um ato, secreto ou não, da diretoria da Casa” (ISTOÉ, 2009, p. 37).

Para confirmar sua tese, o jornalista convoca várias vozes que, de forma polifônica, vão estabelecer uma forte *prova* argumentativa na busca do seu objetivo persuasivo. Nesse sentido, destacamos o uso dos verbos *dicendi*, que na reportagem analisada é uma marca bastante expressiva. Esses verbos delineiam as falas alheias deixando verificar a acentuada subjetividade do jornalista criando um “*efeito de opinião*” (quando o locutor de origem expressa uma apreciação sobre um fato considerado importante pela mídia).

Retomando a classificação de Gavazzi e Rodrigues (2003, p. 57-59), para quem esses verbos estão mais ligados à credibilidade e à legitimidade do jornalista, acreditamos que o uso dos verbos *dicendi*, ao agirem sobre a organização do discurso relatado, acabam por operar também sobre a sua interpretação, configurando-se em poderoso instrumento de manipulação de idéias. Observamos que no trecho abaixo

“Afim, os diretores do Senado são uma espécie de assessores de luxo dos senadores. “Toda criação de cargo é feita pela mesa diretora e convalidada pelo plenário. E são os próprios senadores que preenchem esses cargos criados. Ninguém pode dizer que não sabia”, garantiu, durante a semana, Agaciel, um dos pivôs da crise. “Acho meio canhestro sair por aí dizendo que a gente não sabe de nada”, reconhece o ex-presidente da Casa Garibaldi Alves (PMDB-RN). “*não há decisão que não passe pelo colégio de líderes e pela mesa. Vivemos aqui um grande teatro*”, constata Wellington Salgado (PMDB-MG)” (ISTOÉ, 2009, p. 37)

os verbos *dicendi* como “*garantir*”, “*reconhecer*” e “*constatar*” denunciam a intencionalidade do jornalista em comprometer a credibilidade dos senadores. Vale lembrar que um problema na evocação das vozes alheias é essencialmente a questão da fidelidade quanto à maneira de relatar a palavra do outro. Na reportagem analisada, percebemos que o locutor opera transformações nos ditos relatados. Do mesmo modo, por exemplo,

“O senador Pedro Simon, dono de discursos tradicionalmente duros e indignados, admitiu que usou, pelo menos uma vez, sua cota de passagens para levar sua mulher à Europa, quando encontrou a ex-candidata presidencial francocolombiana Ingrid Betancourt. “Fiz uma viagem em 26 anos, sem um extra, sem diária, sem coisa nenhuma”, defende-se” (ISTOÉ, 2009, p. 37)

os verbos *dicendi* “*admitiu*” e “*defendeu-se*” conferem uma valorização negativa, conforme a classificação das autoras, às declarações do senador Pedro Simon reproduzidas pelo jornalista, ou seja, o enunciado do referido senador deixa de ser apenas uma declaração para se transformar em uma defesa. Ao serem empregados, desvalorizam a fala alheia, criando uma espécie de afastamento e descompromisso com que foi enunciado.

Ainda nesse trecho, percebemos que o jornalista recorre à citação das palavras de Darcy Ribeiro (ex-senador), com um *efeito de testemunho*, para comprovar como realmente se configura o senado para os políticos, explorando essa citação num tom irônico e provocando, assim, o humor. Vejam:

“Não à toa, quando passou pela Casa como representante do Rio de Janeiro (1991-1997), Darcy Ribeiro descreveu o Senado como o “céu”. Com uma vantagem: “Não é preciso morrer para estar nele.” A cumplicidade também vem de longe” (ISTOÉ, 2009, p. 37).

O jornalista para dar mais credibilidade a sua argumentação lança mão de elementos históricos (textos literários) que servem como *prova* testemunhal e documental de que essa postura política (não ética) não é novidade no cenário brasileiro. O jornalista faz alusão a esse cenário degradante no Brasil já em 1899, retomando o trecho de uma crônica de Machado de Assis:

“Numa crônica publicada em 1899 (“O Velho Senado”), Machado de Assis revelou que a Casa é como se fosse uma grande família desde os tempos do Império: “Tinham um ar de família. Dissentiam sempre, mas é próprio das famílias numerosas brigarem, fazerem as pazes e tornarem a brigar”, diz o texto. Os proclamados “éticos” não estão imunes. “O Senado é um clube de amigos”, atesta o

historiador Marco Antonio Villa, da Universidade Federal São Carlos” (ISTOÉ, 2009, p. 37).

Com o objetivo de fortalecer seu argumento, o jornalista muitas vezes ancora-se na respeitabilidade e na autoridade de um especialista. Equivale à citação de *prova*, ou citação de *autoridade*. Na reportagem analisada, o locutor cria um efeito de distanciamento pelo uso das aspas, atribuindo a responsabilidade da afirmação "*O Senado é um clube de amigos*" ao historiador, que é uma autoridade e possui um amplo conhecimento do assunto. Ao dar voz a essa autoridade, o jornalista reforça e dá legitimidade ao argumento defendido na reportagem. O próprio verbo *dicendi* "*atestar*", que significa "*dar testemunho, provar algo*", já traduz o acolhimento, a adesão, do jornalista em relação à fala do historiador. Neste caso, segundo a classificação de Gavazzi e Rodrigues (2003), existe uma valorização positiva da palavra do *outro*, enaltecendo a figura do *outro*, colocada em posição de superioridade.

Prosseguindo a análise, no trecho abaixo, temos a ironia pela construção polifônica do texto.

"Tasso Jereissati, anfitrião daquele que seria o "almoço dos éticos", usou R\$ 469 mil da verba oficial do Senado destinada à compra de passagens aéreas para fretar jatinhos" (ISTOÉ, 2009, p. 38).

A situação relatada no início do texto foi retomada pelo locutor pelo uso das aspas em "*almoço dos éticos*". Essa estratégia marca seu descrédito em relação ao comportamento moral dos senadores, pois o próprio anfitrião estava comprometido moralmente pelo uso de 469 mil da verba oficial do senado.

O parágrafo abaixo é construído por um diálogo entre as falas dos senadores, alternando com a voz do próprio locutor. Observemos:

"Ele tem o seu próprio jato, um Citation, mas declarou que recorreu a fretamentos quando o seu aparelho não estava disponível. Foi obrigado a devolver o dinheiro. Segundo relato de Agaciel a interlocutores, Arthur Virgílio foi outro beneficiado pelas regalias. Um dos mais ferrenhos críticos da gestão do ex-diretor-geral, o senador tucano, de acordo com Agaciel, chegou a ter cinco apadrinhados com cargos numa das diretorias da Casa. Todos nomeados por ele próprio, Agaciel. Virgílio nega. Em recente discurso, chamou Agaciel de "meliante engravatado"" (ISTOÉ, 2009, p. 38).

Essa estratégia serve muito bem para demarcar a construção argumentativa do texto, pois o jornalista constrói a *prova* de seu argumento a partir da fala dos próprios senadores.

Dessa maneira, podemos dizer que o objetivo do locutor na relação polêmica entre as falas do senadores, consiste em desqualificar o discurso do *outro* e construir um simulacro no fio da argumentação. Essa estratégia aparece em outros momentos do texto, vejamos:

“Diante das evidências da cumplicidade geral, alguns senadores se penitenciam. "A culpa é de todo o Senado. A grande verdade é que temos de debater se as coisas acontecem pelas nossas ações ou pelas nossas omissões", disse Simon. *"Realmente, cochilamos em relação ao aspecto administrativo da Casa", reconhece Cristovam Buarque.* "Onde eu estava quando os desmandos aconteceram? Estava rodando o Brasil em defesa da Educação. Só que nos descuidamos da administração da Casa. É uma autocrítica que faço", afirma o senador do PDT” (ISTOÉ, 2009, p. 38).

O jornalista evoca a confissão de senadores que possuem certa credibilidade diante da sociedade, no caso, Simon e Cristovam Buarque, mostrando que estes admitem sua culpa nestes desmandos. Essa omissão é confirmada pelo jornalista com o seguinte relato:

“O caso dos atos secretos para nomear nove parentes de Sarney é emblemático desta omissão. Se somados os salários de toda a família Sarney, o Senado pagaria R\$ 39 mil mensais. Ninguém via” (ISTOÉ, 2009, p. 38).

No trecho abaixo, o jornalista, para reportar a defesa de José Sarney na tribuna, faz uso de um modo de citação narrativizado seguido de uma citação direta. O locutor usa as aspas para produzir um efeito de distanciamento daquilo que Sarney considera como “*injustiça*” e reporta em citação direta a auto-avaliação do senador em relação sua vida política. Em seguida, o locutor descreve a omissão dos senadores ao ouvir tais declarações sem nenhum tipo de manifestação, o que corrobora com a argumentação construída em todo texto: *todos os senadores são responsáveis pela crise da Casa.*

“Um dos últimos coronéis da política brasileira, Sarney subiu à tribuna, na terça-feira 16, para dizer que seria uma “injustiça” julgar um homem como ele “com correção, vida austera, que preza a sua vida e a dignidade da sua carreira”. A plateia ouviu atenta, sem pedir apartes, manifestações ou explicações sobre como esses atos secretos se deram sem conhecimento do restante da Casa” (ISTOÉ, 2009, p. 38).

A reprodução da fala do presidente Lula, nessa reportagem, ao dizer que Sarney tem história suficiente para não ser tratado como uma pessoa comum, faz coro com a própria defesa do senador José Sarney. Vejamos:

“Em visita ao Casaquistão, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva fez coro ao dizer que o aliado ‘tem história suficiente para não ser tratado como uma pessoa comum’” (ISTOÉ, 2009, p. 39).

Dessa forma, observamos que o foco argumentativo da reportagem da revista ISTOÉ abarca a responsabilidade dos senadores em relação à crise, deixando a fala do presidente numa posição periférica no texto.

No parágrafo seguinte, por meio do termo “*clube de amigos*” o locutor retoma a cena narrada no início da reportagem fazendo referência ao grupo de senadores que participariam do almoço dos éticos. Esses senadores contestaram apenas um ponto do discurso de Sarney - quando o senador se defende dizendo que crise não era dele e sim do senado.

“O “clube de amigos” só reagiu a um ponto do discurso de Sarney. Justo no que ele estava certo. “A crise do Senado não é minha; a crise é do Senado. É a instituição que devemos preservar”, disse o senador, provocando reações. “Era preferível que Sarney não tivesse nem falado”, atacou Jarbas. “Ele foi presidente da Casa por três vezes e foi quem nomeou Agaciel Maia”, disse. O que Jarbas esquece é que seu partido, o PMDB, tem maioria na Casa há 25 anos e tem papel fundamental na eleição do presidente e na composição das mesas diretoras” (ISTOÉ, 2009, p. 39).

A partir da defesa do senador José Sarney, o locutor convoca a contestação do senador Jarbas Vasconcelos provocando a polemização dos fatos ao dizer que “*Era preferível que Sarney não tivesse nem falado*” e ainda afirmando que “*Ele foi presidente da Casa por três vezes e foi quem nomeou Agaciel Maia*”, ou seja, na opinião de Jarbas, Sarney é o responsável pela crise. Em contraponto a essa opinião, o locutor debate com o argumento de que o PMDB tem maioria na Casa há 25 anos, logo, também é responsável pela eleição do presidente do senado.

Mas, pelo visto, pouco se fez para melhorar as coisas. Na sexta-feira 19, Sarney anunciou a formação de comissão de sindicância para apurar as denúncias. Detalhe: o trabalho será acompanhado pelo Ministério Público e pelo Tribunal de Contas da União. Embora os senadores sejam senhores de cabelos brancos, o Senado acabou precisando de alguém de fora para tomar conta dele (ISTOÉ, 2009, p. 39).

No último parágrafo, o jornalista faz o fechamento desse momento de crise sugerindo um novo encadeamento de fatos, demonstra, num tom irônico, que a solução para a crise está fora do Senado.

Percebemos na análise dessa reportagem que o sujeito, ao evocar um outro discurso, de forma mais ou menos explícita, comenta as declarações transcritas, concorda com elas, as contesta, ou as ridiculariza. Desse modo, o locutor citante está inteiramente presente no discurso que cita, uma vez que, ao incorporar uma outra voz, não se perde a voz própria.

Conclusão

Nesse artigo, utilizamos o *corpus* para demonstrar como, a partir de diferentes estratégias, o locutor incorpora a voz alheia para acentuar sua própria voz. Procuramos demonstrar os diversos recursos utilizados pelo locutor para efetuar a articulação da fala do *outro* em sua própria fala, tirando partido dessa alternância de vozes. Nosso esforço foi no sentido de retratar a intenção do locutor em marcar ou mascarar sua posição, de forma que nem sempre o leitor seja capaz de identificá-la.

Para a execução da análise, mostrou-se imprescindível discutir algumas características do gênero reportagem, bem como apresentar os participantes do contrato de informação midiático. Essas observações foram importantes para dar mais consistência à análise, pois constatamos que a transmissão e a interpretação das palavras alheias é um das estratégias mais importantes para a compreensão dos modos de constituição do gênero reportagem. Isso porque a maior parte das informações veiculadas nesse gênero tem sua origem no discurso alheio.

Analisamos, então, uma reportagem da revista ISTOÉ, “*Onde estão os éticos?*”. Concluimos, assim, que as diferentes formas de incorporação da palavra do *outro* não possuem um caráter de gratuidade, mas, pelo contrário, são utilizadas para sustentar a linha argumentativa do locutor e exercem diferentes funções no texto.

Referências

AUTHIER-REVUZ, Jacqueline. Heterogeneidade(s) Enunciativa(s). In: GERALDI, João Wanderley; ILARI, Rodolfo; LEMOS, Cláudia T. G. de. (Orgs.). *Cadernos de Estudos Linguísticos*. Campinas, SP, 1990.

BAKHTIN, Mikhail. *Marxismo e Filosofia da Linguagem: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem*. São Paulo: Hucitec, 1995/ [1929].

BAKHTIN, Mikhail. *Estética da criação verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 2003/ [1979].

BRANDÃO, Terezinha. A heterogeneidade do sujeito: contribuições de teorias da enunciação. In: INDURSKY, Freda (Org.) *Discurso, memória, identidade*. Porto Alegre: Editora Sagra Luzzato, 2000. p. 159-167.

CHARAUDEAU, Patrick. Para uma nova análise do discurso. In: CARNEIRO, Agostinho Dias (Org.). *O discurso da mídia*. Rio de Janeiro: Oficina do autor, 1996. p. 5-43.

_____. *Discurso das Mídias*. São Paulo: Contexto, 2006.

_____. *Linguagem e discurso: modos de organização*. [PAULIUKONIS, A. L. & MACHADO, I. L.] São Paulo: Contexto, 2008.

CHARAUDEAU, Patrick; MAINGUENEAU, Dominique. *Dicionário de Análise do Discurso*. São Paulo: Contexto, 2006.

CUNHA, Dóris de Arruda Carneiro. O funcionamento dialógico em notícias e artigos de opinião. In: DIONÍSIO, A. P.; MACHADO, A. R.; BEZERRA, M. A. (Orgs.). *Gêneros Textuais & ensino*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2003. p. 166-179.

_____. Do discurso citado à circulação dos discursos: a reformulação bakhtiniana de uma noção gramatical. In: *MATRAGA 22: Estudos Linguísticos e Literários*. Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras/ Universidade do Estado do Rio de Janeiro – ano 15, n. 22 – Rio de Janeiro: Casa Doze, 2008. p. 129-144.

FLORES, Valdir; TEIXEIRA, Marlene. *Introdução à Linguística da Enunciação*. São Paulo: Contexto, 2005.

_____. *Dicionário de linguística da enunciação*. São Paulo: Contexto, 2009.

GARCIA, Othon M. *Comunicação em prosa moderna*. Aprenda a escrever, aprendendo a pensar. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

GAVAZZI, Sigrid; RODRIGUES, Tânia Maria. Verbos *dicendi* na mídia impressa: categorização e papel social. In: PAULIUKONIS, M. A. L.; GAVAZZI, S. (Orgs.) *Texto e discurso: Mídia Literatura e Ensino*. São Paulo: Lucerda, 2003. p. 51-61.

LEMOS, Luana Santos. *A subjetividade na incorporação da voz alheia: a presença do eu no discurso do outro*. – 2010. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e Naturais.

MACHADO, Ida Lúcia. Algumas considerações sobre a teoria semiolinguística de Patrick Charaudeau. In: MACHADO, I. L. (Org.). *Movimentos de um percurso em análise do discurso*. Belo Horizonte: FALE/UFMG. 2005. p. 19-52

_____. Uma teoria de análise do discurso: a semiolinguística. In: MARI, Hugo (Org.). *Análise do discurso: fundamentos e práticas*. Belo Horizonte: Núcleo de Análise do discurso – FALE/ UFMG, 2001. p. 39-62.

MACHADO, Ida Lúcia. Análise do discurso e seus múltiplos sujeitos. In: MACHADO, I. L.; CRUZ, A. R.; LYSARDO-DIAS, D. (Orgs.). *Teorias e Práticas discursivas: estudos em análise do discurso*. Belo Horizonte, Núcleo de análise do discurso da FALE – UFMG. Carol Borges, 1998. p. 111-121.

MAINGUENEAU, Dominique. *Novas Tendências em análise do discurso*. Campinas, SP: Pontes, 1997/ [1987].

_____. *Análise de Textos de Comunicação*. São Paulo: Cortez, 2004.

_____. *Gênese dos discursos*. Tradução de Sírio Possenti. São Paulo: Parábola, 2008/ [1995].

MARCUSCHI, Luiz Antônio. A ação dos verbos introdutores de opinião. In: *Intercom – revista brasileira de comunicação - 64*. São Paulo, 1991. p. 74-92.

PAULIUKONIS, Maria Aparecida Lino; MONNERAT, Rosane S. M. Operações discursivas na enunciação. In: LARA, G. M. P.; EMEDIATO, W.; MACHADO, I. L. (Orgs.) *Análise do discurso hoje*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008. p. 45-69.

PAULIUKONIS, Maria Aparecida Lino. Marcas discursivas do enunciador midiático: casos de modalização autonímica. In: GAVAZZI, S.; PAULIUKONIS, M. A. L. (Orgs.). *Texto e discurso: Mídia Literatura e Ensino*. São Paulo: Lucerda, 2003. p. 38-50.

POSSENTI, Sírio. O “eu” no discurso do “outro” ou a subjetividade mostrada. In: *Revista de Linguística ALFA – A análise do discurso*. São Paulo: Editora UNESP/ Universidade Estadual Paulista, 1995. p. 45-55.

SOUZA, Vanessa Cândida. *Imagem da enunciação no gênero reportagem*. Rio de Janeiro, UFRJ, Mimeo. 2008. Dissertação de Mestrado em Linguística.